



Revista FAMECOS: mídia, cultura e
tecnologia

ISSN: 1415-0549

revistadafamecos@pucrs.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul
Brasil

FLEURDORGE, DENIS

Prolegômenos das formas contemporâneas das representações do político: do simbólico
do poder ao poder da simbolização

Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, vol. 21, núm. 3, septiembre-diciembre,
2014, pp. 791-806

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=495551017002>

- ▶ [Como citar este artigo](#)
- ▶ [Número completo](#)
- ▶ [Mais artigos](#)
- ▶ [Home da revista no Redalyc](#)

Revista

FAMECOS

mídia, cultura e tecnologia

Comunicação Política

Prolegômenos das formas contemporâneas das representações do político: do simbólico do poder ao poder da simbolização

Prolegomena of the contemporary forms of political representation: the symbolic power to the power of symbolization

DENIS FLEURDORGE

Professor Assistente – HDR. Département de Sociologie – UFR V. Université Paul-Valéry, Montpellier III.
<denis.fleurdorge@univ-montp3.fr>

Tradução de ROBERTA BARROS (Ver ANEXO – texto original, em francês: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/famecos/>...>.)

RESUMO

Este texto faz parte da decodificação parcial de um aspecto particular da comunicação política, o qual nomeamos: representação política. Trata-se, brevemente, de todas as representações realistas, figuradas, idealizadas, estilizadas dos atores do político, nas quais se exprimem o "simbólico do poder" e o "poder da simbolização". O poder político, através da sua gama de representações, "imagens congeladas" e "imagens vivas", busca sempre marcar "os espíritos" e impregnar as consciências. As imagens das representações políticas suavizam os costumes políticos e, às vezes, os exacerbam. Mas todo poder político vem de uma útil economia de tempo e de um investimento total de espaço para construir suas representações.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação política. Poder. Representações.

ABSTRACT

This paper is part of the partial decoding of a particular aspect of political communication, which we named: political representation. This is, briefly, about all realistic representations, figurative, idealized, stylized political actors, in which they express the "symbolic power" and "power of symbolization". The political power through his range of representations, "frozen images" and "vivid images", always looking to point out "the spirits" and impregnate consciences. The images of political representations soothe political customs and sometimes exacerbate them. But all political power comes from a subtle economy of time and a total investment of space to build their representations.

KEYWORDS: Political communication. Power. Representations.

Da representação política

O uso do termo “representação política” entra imediatamente em uma compreensão polissêmica e relativamente vaga. É uma espécie de conceito horizonte que serve ou para adiar toda definição formal, ou para limitar os possíveis territórios. É a segunda ocorrência que parece mais interessante. Partindo de um enunciado geral, podemos dizer que as “representações políticas” – o uso do plural aqui define seu caráter diversificado, quiçá polimórfico –, são todas as formas expressivas nas quais o poder se expõe, se mostra, se oferece à grande variedade de cenas sociais.

Mais precisamente, se para Marc Abélès “mostrar parece (...) ser uma dimensão intrínseca da ordem política¹”, é nos desvios de uma reflexão, feita de maneira estranha e concisa, que Pierre Bourdieu revela uma dimensão singular do político através daqueles que fizeram vocação de viver da política como “um corpo de profissionais da representação (o termo em todos os sentidos²)”. Através desta fórmula, relativamente enigmática, já que o autor não a desenvolve mais antes da natureza e do sentido, Bourdieu (2002) abre o campo das práticas políticas como pertencente a uma atividade de representação realizada por um corpo de profissionais.

Assim, as representações políticas devem ser concebidas como práticas que visam a elaborar, produzir e difundir uma certa qualidade da relação social e da mesma forma uma certa visão de mundo. Em outras palavras, o homem político, em qualquer hipótese e por continuidade, porta-voz de um grupo, por suas ações permite uma simbolização não somente do poder que ele encarna, mas também de sua pessoa (de seu ser social).

Um contexto singular: os "tormentos" de uma comunicação política multimidiática

Os mundos da comunicação contemporânea se apresentam como diversos cenários que convêm investir e conquistar: a imprensa, a televisão, o rádio, a internet, as redes sociais, etc. A ideia não é nova e de Shakespeare a Goffman, do dramaturgo ao sociólogo, o mundo social parece estar submisso às forças dos jogos de uma certa teatralidade. De fato, o homem político não escapa a esta constatação, e como salienta perfeitamente Georges Balandier: “Os atores políticos devem “pagar seu tributo quotidiano à teatralidade”³. Essa teatralidade leva inevitavelmente as representações políticas a serem mais espetaculares, mais ofertas, sempre forçando o homem político a se instalar em papéis conformados ao momento, às tiranias dos modos, e sobretudo ao tratamento e à recuperação de objetos midiáticos, pertencentes a uma construção, ou até mesmo a um artifício ficcional (Storytelling, 2007⁴).

A história é rica em formas de representação do político desde as pompas monárquicas aos rituais republicanos, a evolução se fez a critério não somente dos regimes políticos e das técnicas, mas também da importância dada às formas de expressão da comunicação e da mensagem política. Podemos, a esse respeito, recordar alguns exemplos como tantos modelos excessivos e desonestos da representação política. São as grandes representações (celebrações, reuniões, rituais) da Alemanha nazista nos anos 30-40; é a rigidez e o peso das liturgias comunistas nos regimes totalitários dos países do Leste (desfiles, comemorações); ou ainda as práticas marciais dos poderes fascistas na Itália entre-guerras, ou, para um período mais contemporâneo, em certos regimes da América do Sul; enfim, alguns modelos africanos nos oferecem representações emprestadas, beirando às vezes ao sincretismo político e associando a utilização de modelos ocidentais à tradição cultural e étnica. Todos esses exemplos mostram a importância da necessidade de uma encenação, independentemente da

natureza do sistema político. O que difere um sistema de outro é a forma da encenação e a utilização final desta forma (isso sem contar as ideologias em ação).

Essa necessidade de representação e de teatralização, e mesmo esta fuga desenfreada, deve-se ao fato de que o sistema democrático descansa sobre bases em contínuo equilíbrio frágil, como recorda Lefort:

“Em uma sociedade onde os fundamentos da ordem política e da ordem social se esquivam, onde o acervo não leva jamais o selo da plena legitimidade, onde a diferença de status deixa de ser irrepreensível, onde o direito se mostra suspenso ao discurso que ele profere, onde o poder se exerce na dependência do conflito, a possibilidade de um rompimento da lógica democrática permanece aberta”⁵.

(Lefort, 1986, p. 29)

A constatação de um potencial “rompimento da lógica democrática” encontra-se ou pode ser encontrada nas encenações excessivas, delirantes, instrumentalizadas em excesso. Isso significa que a fronteira é frágil para as democracias, como acrescenta ainda Lefort:

“A democracia já não dá lugar a instituições, a modos de organização e de representação e a representação totalitária, nos perguntamos às vezes? Certamente. Mas ainda assim é verdade que precisamos de uma mudança na economia do poder para que surja a forma de sociedade totalitária”⁶.

(Lefort, 1986, p. 30)

Para esse tipo de risco, convém se reportar às representações e às encenações nazistas que constituem, historicamente, um paradigma negativo e absoluto na medida em que esse sistema político levou ao seu paroxismo a dimensão da representação na expressão do político, erigindo toda forma de comunicação a vir como objeto de suspeita. De outra maneira, o pós-nazismo conduz a observar uma grande desconfiança no que diz respeito às encenações políticas e ao mesmo tempo contribui para a instauração de um repertório de sentidos. Esse repertório é constituído por um certo número de elementos que entra na composição das representações políticas: a ritualização, as cerimônias de massa, a apresentação mítica do homem e da sociedade (e da história), o investimento missionário dos grupos organizados, a exposição da personalidade carismática (demiúrgica e taumatúrgica), a utilização do rádio e da imagem para fins de uma propaganda total⁷.

A finalidade última dessas práticas representativas revela de fato a inquietude que esse tipo de regime carrega em termos de modelo de humanidade e para o qual ele se refere. Há uma necessidade contínua de estar em cena para evitar todo vazio de legitimidade, o que o filósofo Philippe Lacoue-Labarthe exprime perfeitamente: "A obsessão fascista é, na verdade, a obsessão da figuração, da *Gestaltung*. Trata-se ao mesmo tempo de erigir uma figura (...) e de produzir, sobre esse modelo, não um tipo de homem, mas um tipo de humanidade – ou uma humanidade absolutamente típica"⁸. Assim, toda teatralidade do político se baseia não somente em uma cena, em um de trás da cena (os bastidores), mas também em um "fora de cena" da figuração, ou seja, um conteúdo ideológico no sentido amplo.

Das representações e das imagens

As representações políticas aparecem como a afirmação do poder e a maneira de garantir uma legitimidade exclusiva através de uma produção de fluxo contínuo

"de imagens"⁹. Para salientar a extensão dessa situação, convém lembrar que essa avalanche de imagens se manifesta através de uma grande diversidade de formas com a necessidade de todo homem político de aparecer com totalidade e distinção. Assim a potência das representações do político, apoiada em um sistema de identidade democrática e em uma prática de alteridade de sujeição às imagens traz a "prova" de que para governar é preciso não somente uma aparência controlada, mas também uma capacidade de se equipar e manipular objetos, símbolos e emblemas. A dialética do poder em "imagens" navega entre "o que une" e "o que separa", entre "o que aproxima" e "o que afasta".

As imagens políticas são a formalização da representação da potência política e de uma certa ideologia. Assim os objetos¹⁰ (moeda, estatuário, monumento, arquitetura, etc.), os símbolos (bandeiras, vestimentas, ornamentos), mas também os gestos realizados, as palavras proferidas, tecem a trama das "imagens políticas". Trama que deixa aparecer os fios de um poder frequentemente "androcentrado" e cuja aquisição passa por "guerras" certamente reais, mas sobretudo simbólicas. No panorama ampliado da história, convém destacar a importância de uma longa e lenta produção de "imagens políticas", aclimatando e ilustrando o poder como uma prática em movimento, o que ressalta também a questão da recepção simbólica de tais produções.

Além da dificuldade de criar símbolos a partir do zero, os mecanismos de transformação, de transposição, de imitação "da imagem de poder" oferecem também a resposta concreta a uma manifestação da "imagem política". Todo poder político executa um sistema de objeto e de práticas como representações expressivas de crenças que sustentam a própria natureza de seu poder. Ele oferece, por continuidade, uma forma de sentido relacional e de eficácia do poder. A disseminação simbólica atravessa as épocas e os espaços oferecendo não somente a uniformidade – a figura masculina

dominante e a ideia do “reunir em torno de”, mas também a variedade de suportes e a diversidade das práticas institucionais¹¹ (pelos seus traços mais salientes).

Os jogos dialéticos das representações políticas

Sob uma perspectiva mais analítica, as representações políticas se inserem nos jogos e articulações dialéticos das imagens. De fato, se a relação social é sujeita à conjunção entre imaginários sociais (crenças, ideologias, sistemas filosóficos, grandes narrativas, etc.) e símbolos sociais (signos, emblemas, objetos), essa experiência das representações políticas é sempre a expressão de uma “cosmogenia” do social (maneira de *fazer* e de *ver* o mundo¹²; de uma encarnação do poder pela “delegação temporária” (na democracia¹³); de uma simbolização do poder (uso de objetos, símbolos, emblema, etc.)¹⁴. O conjunto dessa expressão conduz, *in fine*, a uma performatividade da legitimidade política, ou seja, uma capacidade de produção de efeitos, de transformações, de mudanças sociais.

Primeiramente, a representação como expressão de uma “cosmogenia das formas sociais”. É a ideia de representação do mundo, logo modo de *fazer* e de *ver* o mundo através do prisma não somente da ideologia, das crenças, dos dogmas, das mitologias políticas, mas também das recomposições da história, das ficções individuais e coletivas. Tudo isso se encontra nas grandes narrativas fundadoras e históricas inerentes a todas as sociedades organizadas. Além dessa questão da “representação do mundo”, o político desenvolveu também suas próprias mitologias.

Por exemplo, se retomamos sucintamente a abordagem de Raoul Girardet (1986) sobre a mitologia política¹⁵, essa mitologia se construiu em torno dos mitos da “Conspiração, do Saber, da Idade de Ouro, da Unidade”. Através de sua análise, Girardet oferece potencialmente uma topografia de um imaginário político possível, no

qual podem se implementar referências identificadas e identificáveis. A esse contexto mítico apresentado em uma espécie de graduação qualitativa, podemos acrescentar as figuras do “Rebelde, do Agregador e do Resistente”.

A seguir, é a representação como expressão de uma encarnação do poder pela “delegação temporária”. Na democracia, a delegação se insere na figura única central do eleito. Essa figura se elabora, em termos de representação, em torno de cinco elementos específicos. O primeiro elemento é constituído por um agenciamento dinâmico em torno de um espaço e de um tempo político codificados. É, por exemplo, uma eleição oficial com suas diferentes fases: a designação da candidatura, a campanha eleitoral, a “votação”, a posse. O segundo situa-se no nível da existência de qualidades políticas específicas, facilmente identificadas e suscetíveis de se encontrar em uma personalidade (“um homem exemplar”): a capacidade de reunir, o desinteresse, a integridade moral, a abnegação, a coragem, etc.

O terceiro elemento característico é uma certa lógica significante que dá sua dimensão narrativa à representação que *se* apresenta, tão bem quanto *se* conta. Trata-se, para o homem político, de incorporar a arte de “contar histórias” (sem trocadilhos!). Mas pouco importa quais histórias. Ele deve “contar a história¹⁶” desse que se encena de maneira íntima em toda sociedade organizada, que sabe a sutil composição dialética entre o *fazer* e o *dizer*. Sem ser enfático, é uma parte da “dimensão épica” das sociedades, incorporada no homem político eleito.

O quarto elemento característico é uma certa duração, um uso codificado do tempo que pode se manifestar por um certo ritmo ou arritmia, ou ser acompanhado de uma certa tonalidade ou atonalidade, ou seja, o que é maior ou menor nessa representação política. O conjunto induz a uma certa “coloração expressiva”, o que vai constituir a trama da representação. Concretamente, isso se traduz por um conjunto de figura (arquétipo): “ser eleito” (figura do vencedor), “ser derrotado” (figura do perdedor),

“ser rejeitado” (passar por uma “travessia do deserto”), mas também “ser carismático” (ou não o ser).

Enfim, o último elemento característico é a implementação e um uso dos meios, incluindo reais e simbólicos, para difundir as esperas comuns do grupo de pertencimento (engajamento partidário a partir de convicções ou de uma ideologia). Em outras palavras, um *know-how* técnico, alguma competência – “um corpo de profissionais” para retomar a expressão de Bourdieu.

Assim, o homem político em representação insere-se, obrigatoriamente, ou aproximadamente, em uma espécie de genealogia da representação, certamente de personagens singulares, mas também de personagens que constroem, em grande parte, nossa relação de identidade e alteridade. Desde Platão sabemos que a identidade e a alteridade estão intimamente ligados. De forma que o homem político em representação encarna poderosamente um paradigma da alteridade e da identidade. Ele ultrapassa a simples condição humana, mais informa sobre a condição humana na medida em que uma sociedade, como exprime com altivez Legendre (2000, p. 17), “não é um conjunto de grupos, nem uma torrente de indivíduos, mas o teatro onde se encena, trágica e cômica, a razão de viver¹⁷”. Dito isso, convém ser qualificado. De fato, a figura do “homem político delegado” (encarnação dessa delegação) parece de maneira contemporânea cada vez mais “desfigurada”. Na maioria das democracias, o eleito se encontra despossuído e despojado de suas capacidades de ação, de poder próprio, tornando-se uma espécie de *primus inter pares*¹⁸ na medida em que a força dos poderes econômicos o deixa cada vez mais confinado em papéis de representação, de figurante (no sentido teatral).

Enfim, a representação como expressão da simbolização do poder no sentido de atributo. Dito simplesmente o universo do “teatro político” e do “poder em cena” (Balandier). Sob tal perspectiva, uma pequena digressão é necessária. De fato, nas

sociedades democráticas, o maior problema se situa na maneira como incorporar o poder. Mais precisamente, é a ausência de corpo ou uma incapacidade de dar um corpo real e simbólico ao poder que surge. Segundo os trabalhos de Kantorowicz (1986)¹⁹ apoiando-se sobre a dupla natureza do corpo de Cristo, um corpo carnal, pessoal e mortal e um corpo místico, se oferece por homologia a possibilidade de uma transposição a um quadro monárquico. Assim, o Rei, da mesma maneira, possui um corpo carnal, pessoal e mortal, e um corpo político. Um se incorpora como representante de Deus na Terra, o outro como forma de Autoridade suprema.

Se essa relação simbólica não parece gerar maior problema, ao menos até a queda do Antigo Regime (na França), ela é, como justamente destaca Lefort (1986), mais difícil de definir em uma cultura democrática. “A sociedade democrática se institui como sociedade sem corpo, como sociedade que coloca em risco a representação de uma totalidade orgânica”²⁰ (Lefort, 1986, p. 28). Em outras palavras, o que resta importante para todo poder é mesmo a necessidade de oferecer a “representação de uma totalidade orgânica”.

Essa pequena digressão, esse desvio pela expressão da incorporação do poder em democracia, questiona, por continuidade, o sentido e o lugar da encenação ou da teatralização dos regimes democráticos²¹. Legendre vai mais longe em uma concepção quase psicanalítica:

“

Para sanar a falta de corpos, as organizações se desenvolvem impulsionadas por práticas de idolatria, graças às quais os sujeitos do desejo inconsciente saem da desordem das coisas e acabam por concordar sobre o seguinte: o poder lhes fala, mesmo desprovido de corpo. Assim nos tornamos sujeitos das instituições”²².

(Legendre, 1978, p. 12)

De forma que essa função simbólica surge em terços. Ela é uma “contramarca” reiterando o contrato social em sua dimensão política. Ela deve permitir, por apego às imagens políticas, certificar o pertencimento do indivíduo ao grupo e levá-los a reconhecer a existência de “seus representantes” políticos e das instituições políticas que os usam. De uma maneira geral, os políticos (os democratas) são relutantes com toda forma de representação pública, e, portanto, eles se inserem talvez (frequentemente) nas representações fortemente codificadas e instituídas, nas encenações, talvez até em uma certa teatralidade próxima desse tipo de expressão.

Um eleito político, um chefe político, um líder político, um presidente da República, poderiam eles ser simples atores de uma representação? Toda incorporação medida do poder em democracia deve ser avaliada, não somente em termos de competência e de uma expertise quase técnica, mas também de carisma, ou seja, uma capacidade de provocar empatia, ou mesmo uma certa compaixão, embora os termos possam parecer uma forte conotação.

In fine, ocorre a expressão de uma performatividade da legitimidade política, ou seja, uma capacidade de produzir efeitos, de transformação, de mudança social. Assim, retomando as linhas gerais das ideias de Lefort, toda democracia deve se instituir e se manter não somente em uma dissolução de bases da certeza – a democracia é a rainha da incerteza, não só pelo princípio de designação de nossos representantes por eleição, mas deve também se manter em uma indeterminação quanto aos fundamentos do Poder, da Lei e do Saber. É a necessária superação das crenças e das tradições²³.

Em outras palavras, essa dissolução e essa indeterminação são as respostas democráticas ditas aos detentores do poder que, anteriormente (ou em outros regimes) eram sujeitas a crenças, a uma certa “natureza das coisas”, ou mesmo a princípios sobrenaturais. Convém acrescentar, ao mesmo tempo, que a instabilidade inerente ao

modelo democrático é, de uma certa maneira, a garantia de seu bom funcionamento, evitando justamente qualquer personalização ultrajante e excessiva do poder que potencialmente poderia conduzir a um “culto da personalidade”. Assim a questão da incorporação do poder torna-se um perpétuo combate simbólico e pessoal. Todo homem político deve existir como um elemento unificador das expectativas políticas. Expectativas que se inserem, ao mesmo tempo, nas formas de competência e expertise e também nas formas muitas vezes mais “irracionais” de ordem dos afetos e das emoções.

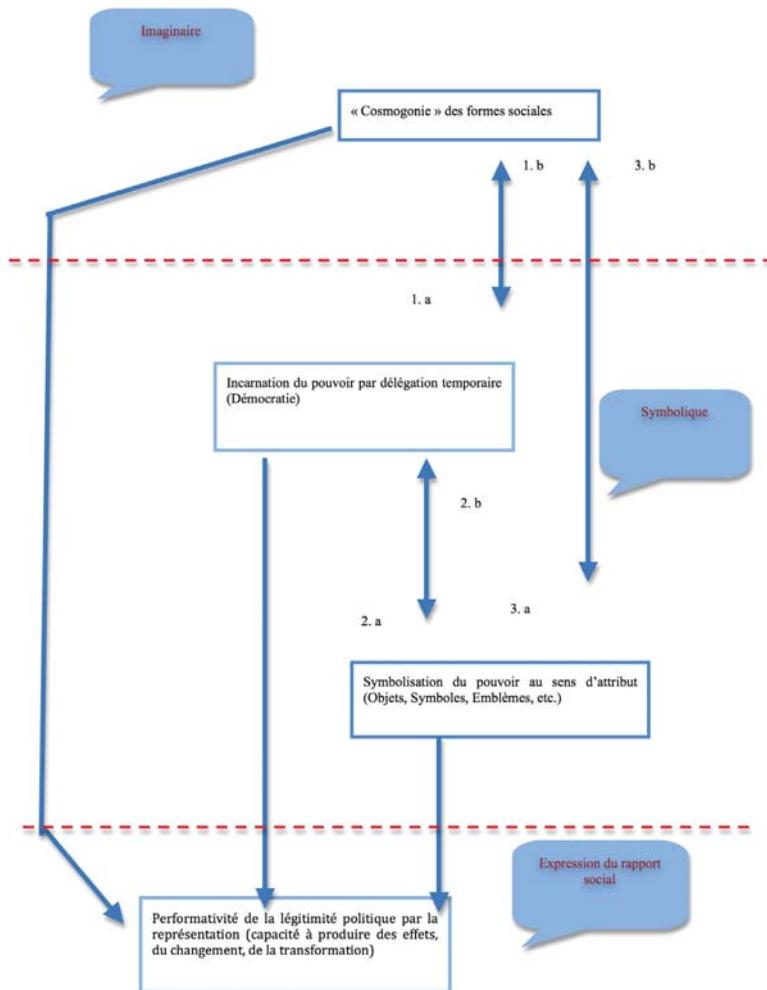
A “performatividade da legitimidade política” é mesmo uma real capacidade de produzir efeitos. O homem político em representação permite integrar diferentes membros de uma comunidade em uma unidade maior (uma comunidade nacional e uma mitologia nacional). Ele realiza (catalisador) a coalescência simbólica (fusão) entre uma representação subjetiva individual – um evento, uma ação, fatos e uma “pseudo-objetividade” de sua interpretação social como marca de uma etapa suplementar na interação social entre um imaginário social (culturalmente marcado) e a expressão da relação social (ou seja, as práticas sociais em geral). De uma outra maneira, ainda, o evento ou a ação assim constituída deve permitir a produção de uma forte identificação coletiva²⁴ – “estar com”, e ao mesmo tempo produzir a exemplaridade de uma alteridade exemplar –ser como”. O que está em jogo é mesmo da ordem de uma designação e de uma representação dessa designação. Aqui está o ponto essencial de toda “montagem da representação”.

Através de sua ação, o homem político em representação traça uma filiação simbólica onde cada um se (re)encontra envolvido em uma grande história comum (em uma grande mitologia comum), na medida em que ela (sua ação) permite concretizar uma certa “transição social” ou ao menos enfatizar essa possibilidade. É bem essa uma das funções sociais do homem político como ator da mudança social.

Para concluir provisoriamente

A política, sensivelmente, impõe-se como uma experiência da representação. Todas as representações sumariamente descritas possuem uma espécie de “dessubstancialização política”. Por quê? Porque as representações políticas, no sentido de um processo de elaboração de imagens políticas, são uma forma de designação de “algo” e ao mesmo tempo uma representação desse “algo”. Tudo se encontra no “algo”. O homem político em cena aparece como um “catalisador”. Ele torna possível esse “algo” que não é possível espontaneamente. Mas, ainda, todo poder político não pode economizar a “encenação” do que ele é e do que ele faz. Nós estamos mergulhados nas profundezas dos arquétipos ao mesmo tempo em que, frequentemente, nós nos satisfazemos com estereótipo de representações superficiais.

Pelo rigor de sua codificação e plasticidade de suas formas, as representações políticas permitem marcar a natureza coerciva do poder, de afirmar temporariamente a autoridade única e indivisível deste que detém o poder, de produzir uma propaganda e uma ideologia política, e, enfim, de oferecer uma forma permanente de celebração na condição de autocelebração da figura do homem político contemporâneo. ●



Comentários:

- 1a O homem político impõe sua visão de mundo nas narrativas fundadoras mitológicas e históricas ou ainda nos grandes dogmas ideológicos.
- 1b O homem político, em retorno, reforça a interpretação de seus empréstimos das narrativas fundadoras mitológicas e históricas ou ainda nos grandes dogmas ideológicos.
- 2a O homem “político delegado” (eleito, mandatado) deve oferecer a interpretação de seus empréstimos das narrativas fundadoras mitológicas e históricas ou dos grandes dogmas ideológicos.
- 2b Em retorno, a força dos símbolos políticos reforça a institucionalização da figura ideal do homem “político delegado” (eleito, mandatado).
- 3a A simbolização do poder é mais eficaz quando ela se insere em uma tradição de narrativas fundadoras mitológicas e históricas ou de grandes dogmas ideológicos.
- 3b Em retorno, os objetos, os símbolos, os emblemas, reforçam a “cosmogenia” das formas sociais.

NOTAS

- ¹ Marc Abélès, "La mise en représentation du politique" em Marc Abélès e Henry-Pierre Jeudy (dir.) *Anthropologie du politique* (Paris, Armand Colin, 1997), p. 247.
- ² Pierre Bourdieu, *Propos sur le champ politique* (Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 2002), p. 97.
- ³ George Balandier, *Le pouvoir sur scènes* (Paris, Balland, 1992).
- ⁴ Ver sobre esse ponto a obra de Christian Salmon, *Storytelling. La machine à fabriquer des histoires et à formater les esprits* (Paris, La Découverte, 2007). À *Storytelling* se adiciona a difusão e a propagação do *Bashing*. O homem político aparece desde então como uma espécie de "bode expiatório" midiático para aliviar o estresse coletivo.
- ⁵ Claude Lefort, *Essais sur le politique XIXe-XXe siècles* (Paris, Seuil, 1986), p. 29.
- ⁶ Claude Lefort, *Essais sur le politique XIXe-XXe siècles* (Paris, Seuil, 1986), p. 30.
- ⁷ O regime nazista, salvas as devidas proporções, encarna a entrada do político na era da modernidade midiática e da expressão formal da comunicação política.
- ⁸ Philippe Lacoue-Labarthe, *Heidegger. La politique du poème* (Paris, Galilée, 2002), p. 165-166.
- ⁹ A noção de "imagens" deve ser entendida a partir de uma tripla definição mínima: como representação pelas artes (gráficas e plásticas), como reprodução mental de uma percepção (ou de uma impressão anterior) e enfim como encenação.
- ¹⁰ O que chamamos também de *regalia* (objetos simbólicos reais), *notabilia* (algo digno de reconhecimento).
- ¹¹ Os suportes entendidos como: monumentos, literaturas, manuscritos, moedas, afrescos, arquiteturas, etc.
- ¹² Isto remete à noção "de imaginário" como mundo do ideal e do pensamento, do espírito. O imaginário é o "mundo real" composto de "realidades mentais". Para Maurice Godelier, o imaginário é "o conjunto de representações que os humanos fazem de si e da natureza e da origem do universo que os envolve, dos seres que o povoam ou supostamente o povoam, e dos próprios humanos pensados em suas diferenças e/ou suas representações. Assim, mais concretamente, o imaginário é constituído de imagens, de representações, de ideias mas também interpretação (religiosa, científica, literária). Finalidade social do imaginário sendo não somente produzir e inventar um conjunto "de objetos" que permitem explicar a ordem e a desordem que reinam na sociedade (ou no universo – cosmogenia), mas também de dar um sentido não somente às maneiras de se comportar no mundo (sociedade/universo), mas também de se comportar uns em relação aos outros (identidade/alteridade). *Au fondement des sociétés humaines: ce que nous apprend l'anthropologie*, (Paris, Albin Michel, 2007), p. 38.
- ¹³ Ou por "permanência" no que diz respeito a um sistema monárquico.
- ¹⁴ Isso remete à noção de "simbólico" que é intimamente ligada ao imaginário. É consubstancial ao imaginário (inseparável, um não existe sem o outro). Para Maurice Godelier, o "domínio do simbólico": "é o conjunto dos meios e dos processos pelos quais as realidades ideais se incorporam em ambas realidades materiais e práticas, que lhes conferem um modo de existência concreta, visível, social". Concretamente, o simbólico

são as formas do imaginário que “se incorporam” nas práticas sociais, nos objetos. Em outras palavras, incorporam-se em práticas sociais e objetos que o simbolizam, o imaginário pode agir diretamente sobre as relações sociais. *Au fondement des sociétés humaines : ce que nous apprend l'anthropologie* (Paris, Albin Michel, 2007), p. 38.

¹⁵ Raoul Girardet, *Mythes et mythologies politiques* (Paris, Seuil, 1986).

¹⁶ “Contar história”, próximo da epopéia: *poiéô* (fazer, compor) et *épos* (palavra). Dimensão épica, dizer o conflito e o desafio, apresentar valores comuns nos quais se definem e se reconhecem os membros de uma mesma comunidade, expressar os destinos heróicos (de fora do religioso), veicular o saber-viver e o saber morrer (realmente e simbolicamente).

¹⁷ Pierre Legendre, *La fabrique de l'homme occidental* (Paris, Editions Mille et Une Nuits, 2000), p. 17.

¹⁸ “Le premier parmi les pairs”, ou encore “le premier entre les égaux”.

¹⁹ Ernst Kantorowicz, *Les Deux Corps du Roi. Essai sur la théologie politique au Moyen Âge* (Paris, Gallimard, 1986).

²⁰ Claude Lefort, *Essais sur le politique. XIXe-XXe siècles* (Paris, Seuil, 1986), p. 28.

²¹ Para um poder democrático, devido a essa vontade de uma necessidade de “representação de uma totalidade orgânica” (como era o caso no dia seguinte da Revolução Francesa), mas também às dificuldades de se conseguir isso, a democracia se instala na “indeterminação”, ou seja, como destaca justamente Claude Lefort: “que a democracia se institua e se mantenha na dissolução das bases da certeza. Ela inaugura uma história na qual os homens são prova de uma indeterminação última, quanto ao fundamento do Poder, da Lei e do Saber, e ao fundamento da relação de uns com os outros, sobre todos os registros da vida social (por todo lugar onde a divisão se anuncia antigaamente, inclusive a divisão entre os detentores da autoridade e aqueles sujeitos a eles, em função das crenças em uma natureza das coisas ou em um princípio sobrenatural)”, Claude Lefort, *Essais sur le politique XIXe-XXe siècles* (Paris, Seuil, 1986), p. 29.

²² Legendre, P., *La passion d'être autre. Etude pour la danse* (Paris, Seuil, 1978), p. 12.

²³ Na França, é possível usar o exemplo da lei dita da “separação das Igrejas e do Estado”.

²⁴ Espécie de empatia sócio-cultural.

Recebido em: 25 nov. 2013

Aceito em: 15 maio 2014

Endereço do autor:

Denis Fleurdorge <denis.fleurdorge@univ-montp3.fr>

Université Paul-Valéry – Montpellier III

Route de Mende, 34100 – Montpellier, França

Tel.: +33 4 67 14 20 00